

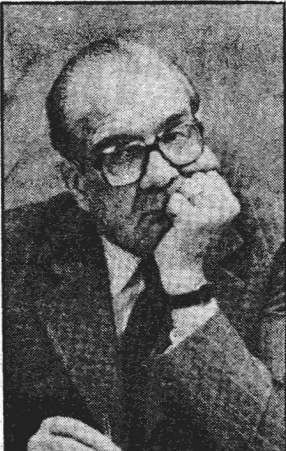
ARQUIVO/CB



CECE



ARQUIVO/CB



Furtado, Conceição e Setúbal: a conciliação de linhas divergentes

Governo de coalizão divide os economistas

CECILIA PLESE
Correspondente

São Paulo — Como conciliar em um mesmo partido economistas e personalidades públicas de linha de pensamento tão diferentes como é o caso do banqueiro Olavo Setúbal e do professor Celso Furtado, sem que isso venha a provocar futuros choques de consequências irreparáveis para o governo Tancredo Neves? Essa é a pergunta que muitos observadores se fazem em São Paulo, desde que o governador de Minas e candidato a presidente da República se reuniu no início da semana, reservadamente, com alguns especialistas da área econômica, no Maksoud Plaza. E as respostas são as mais diversas possíveis.

Para o presidente do Conselho Regional de Economia, Luciano Coutinho, não há qualquer tipo de dificuldade. Tanto ele, quanto Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa e Celso Furtado têm pontos de vista em comum. Mas o que aconteceria se eles tivessem que se defrontar com políticos de peso como Setúbal ou forças econômicas poderosas, como a liderada pelo empresário Abílio dos Santos Diniz? Eles conseguiriam sobreviver também a uma pressão mais violenta de elementos do Partidão ou de alas dissidentes, como é o caso do MR-8?

Para Paulo Rabello de Castro, da Fundação Getúlio Vargas, quando se pensa no problema, automaticamente nos vem à cabeça o samba do crioulo doido. "Um governo de conciliação nacional — disse — não tem condições de estabelecer um plano de trabalho com linhas ideológicas indefinidas. E a partir de 85, Tancredo terá que optar por um programa bastante detalhado, caso saia vitorioso do processo eleitoral indireto, programa este que precisará ser consistente a respeito dos principais itens que estão ainda impedindo a retomada do crescimento do País. Fundamentalmente: renegociação da dívida externa em condições mais favoráveis, combate frontal e vigoroso à inflação, fim da atual "bagunça" financeira em que vive a Nação e um ataque violento, profundo e definitivo ao desemprego.

Na opinião de Paulo Rabello de Castro, existem inúmeros programas alternativos de governo. A futura administração teria que conciliar apenas a parte política, pois a econômica terá que ser atribuída "rigorosamente à responsabilidade de um só grupo". Ele acrescentou que, se não houver uma opção nítida, um divisor de águas a partir de 15 de março, três meses após a posse do governo, o Brasil estará numa situação bem pior do que a atual.

Luciano Coutinho contrargumenta que é óbvia a necessidade de se trabalhar com coerência. "Qualquer política econômica exige isso". Mas ele acredita que Paulo Rabello está sendo um "pouco acodado ao tentar fazer qualquer previsão a esta altura", especialmente porque ainda há muito tempo pela frente. "Precisamos ultrapassar a convenção, ganhar a eleição e somente então discutir as opções a serem feitas". E ele não vê por que isso não possa ocorrer dentro de um processo de convergência lógica, voltado para o bem do País. E até convida o próprio Rabello a dar sua contribuição.

Na opinião de Coutinho, a elaboração de uma proposta de governo é algo muito sério, que requer esforço concentrado de especialistas voltados para o apro-

fundamento de questões delicadas. "Os economistas do PMDB e de outros partidos da oposição têm apresentado nos últimos anos propostas com muita clareza, transferência e honestidade", afirmou. Mas não acham que detêm o monopólio da verdade. "Estamos sempre abertos à discussão "e nesse campo não deve haver, tanto da parte de liberais quanto de elementos de esquerda, a pretensão de querer ser o dono da verdade ou de excluir a priori a participação de qualquer grupo de uma possível transição democrática. "Democracia — salientou — significa participação de todos, entendimento".

Coutinho, aliás viu com muito interesse o plano de recuperação econômica apresentado por Abílio Diniz, no qual ele mesmo reconhece existir uma certa convergência em relação ao pensamento dos economistas menos conservadores. "Trata-se de um bom sinal — disse — e nesses termos poderemos prosperar com facilidade".

Também o professor Luiz Gonzaga Belluzzo, do Conselho Superior de Economia da Fiesp, discordou de Rabello. Ele assinalou que se a manifestação do economista carioca tivesse sido feita em 68, seria muito bem recebida. Admitiu, pois, que ela chegou com um certo atraso. Sua classificação de que a situação lembrava o samba do crioulo doido foi vista por Belluzzo como um equívoco, pois o que Stanislaw Ponte Preta celebrou em seu trabalho foi um crioulo extremamente lúcido querendo destrinchar uma rea-

lidade absurda, complexa e confusa, em suma, uma falsificação da História do Brasil.

De acordo com Belluzzo, as pessoas não estão se dando conta de que o governo Tancredo será diferente, pois tentará ampliar a discussão, conviver com os conflitos de opinião. O monolitismo que prevaleceu até agora, sublinhou, não provou ser mais eficaz do que a existência de elementos discordantes. Caberá ao presidente e às forças políticas canalizarem as divergências para uma política coerente e melhor do que a atual. Isso não significa, porém, acrescentou, que todos devam concordar com as medidas adotadas. Mas é da composição que resulta um programa interessado em atender minimamente as reivindicações básicas da população brasileira.

A questão, conforme explicou, tem duas naturezas. A primeira, que visa resgatar a Nação de seu estado de fome e miséria, conta com a simpatia de todos e em relação a ela há acordo. A segunda, que versa sobre o destino e a gestão que se procurará imprimir ao capitalismo brasileiro, é que ainda não obteve consenso, admitiu. Assinalou, entretanto, que somente através do debate com pessoas representativas e capazes de auscultar as diferentes opiniões, é que se formalizarão diretrizes, evitando-se a repetição das incomensuráveis bobagens cometidas no passado. "Estamos com a boca torta pelo uso do cachimbo — advertiu — e esse é um hábito que precisamos abandonar rapidamente.